



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE
PAPA PAULO VI
PARA A CELEBRAÇÃO DO
X DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO DE 1977

SE QUERES A PAZ, DEFENDE A VIDA

*Homens grandes e responsáveis,
Homens inumeráveis e desconhecidos,
Homens Amigos*

Eis-Nos mais uma vez, a décima vez, a vós presente, convosco!

No dealbar do novo ano de 1977, Nós estamos à vossa porta e batemos (cfr. *Apoc 3, 20*). Abri-Nos, por favor! Nós somos aquele Peregrino do costume, que percorre as vias do mundo, sem nunca se cansar e sem jamais perder-se no caminho. Somos enviado para vos trazer o habitual anúncio; somos profeta da Paz! Sim, Paz: Paz, andamos Nós a apregoar, qual mensageiro de uma ideia fixa, de uma ideia antiga, mas sempre nova pela necessidade que volta ciclicamente e que a reclama, como uma descoberta, como um dever e como uma beatitude! A ideia da Paz afigura-se alcançada, como expressão equivalente e perfectiva da civilização. Não há civilização sem a Paz. E no entanto, a Paz, na realidade, jamais é algo completo, ou seguro. Tendes observado como até as aquisições do progresso podem ser causas de conflitos; e que conflitos! Não julgueis supérflua, e por isso aborrecida, a Nossa mensagem anual em favor da Paz.

No quadrante da psicologia da humanidade a Paz, depois da última guerra mundial, marcou uma hora afortunada. Por sobre as imensas ruínas, bem diversas, certamente, nos vários Países, mas

universais, como única vitoriosa viu-se a dominar, finalmente, a Paz. E logo as obras e as instituições, que são próprias da Paz, floresceram, como uma vegetação primaveril; e muitas delas resistem e continuam ainda com pujança; são as conquistas do mundo novo; e o mundo faz bem em sentir-se ufano e em manter a eficiência e o desenvolvimento das mesmas; são as obras e as instituições que representam um degrau ascensional no progresso da humanidade.

Ouçamos por um instante, chegados a este ponto, uma voz autorizada, paterna e profética, a voz do Nosso venerável Predecessor, o Papa João XXIII:

« A convivência humana, veneráveis Irmãos e dilectos filhos, há-de ser considerada, acima de tudo, como uma realidade espiritual: como intercomunicação de conhecimentos à luz da verdade, exercício de direitos e cumprimento de deveres, incentivo e apelo para o bem moral; ademais, como nobre e comum fruição do belo em todas as suas legítimas expressões, como permanente disposição para repartir uns aos outros o melhor de si mesmos e como anelo por uma mútua e cada vez mais rica assimilação de valores espirituais. Valores estes, nos quais encontram a sua perene vivificação e a sua orientação de fundo as expressões culturais, o mundo económico, as instituições sociais, os movimentos e os regimes políticos, os ordenamentos jurídicos e todos os outros elementos exteriores, mediante os quais se articula e se exprime a convivência no seu incessante devir » (Encíclica *Pacem in terris*, de 11 de Abril de 1963: em *Acta Apostolicae Sedis*, LV, 1963, pág. 266).

Mas, esta fase terapêutica da Paz cede o lugar a novas contestações, quer sob a forma de resíduos de revivescentes contendidas, apenas provisoriamente compostas, quer sob a forma de fenómenos históricos novos, que brotam das estruturas sociais em continua evolução. A Paz volta outra vez a encontrar-se a braços com o sofrimento: primeiro, nos sentimentos dos homens; depois, em contestações parciais e locais; e depois, ainda, em espantosos programas de armamentos que calculam friamente a potência de terrificantes destruições, superiores à nossa própria capacidade de exprimi-las em medidas concretas. Tentativas sobremaneira louváveis surgem aqui e ali, para esconjurar semelhantes conflagrações; e Nós auspiciamos que tais tentativas levem a melhor sobre perigos incomensuráveis, para os quais elas estão a procurar remédio preventivo.

Homens Irmãos: isto, porém, não basta. O conceito da Paz, como ideal directivo da efectiva actividade do consórcio humano, parece sucumbir frente a um fatal avantajar-se da incapacidade do mundo para se governar na Paz e com a Paz. Na verdade, a Paz não é uma realidade autogénea, se bem que tendam para ela os impulsos profundos da natureza humana; a Paz é a ordem; e à ordem aspiram todas as coisas, todos os factos, como a um destino preconstituído, como a uma razão de ser preconcebida, mas que se realiza em concomitância e em colaboração com múltiplos factores. Por isso, a Paz é um vértice que supõe uma interior e complexa estrutura de sustentação; ela é assim como um corpo flexível que tem de ser corroborado por um esqueleto robusto. Ela é como uma construção que deve a sua estabilidade e a sua excelência ao esforço portador de causas e de condições, que muitas vezes lhe faltam e, mesmo quando se acham

presentes e operantes, nem sempre resistem à função que lhes está cometida, de molde a que a pirâmide da Paz possa manter-se estável na sua base e excelsa na sua sumidade.

Mas, perante esta análise da Paz, que confirma a excelência e a necessidade da mesma e, simultaneamente, põe em relevo a sua instabilidade e a sua fragilidade, Nós reafirmamos a Nossa convicção: a Paz é obrigatória, a Paz é possível. É esta a Nossa mensagem, que se repete ciclicamente e que toma como próprio o ideal da civilização e se faz eco da aspiração dos Povos, conforta a esperança dos homens humildes e fracos e nobilita com a justiça a segurança dos fortes. É a mensagem do optimismo e o presságio do futuro. A Paz não é um sonho, não é uma utopia e não é uma ilusão; ela não é sequer uma canseira de Sísifo: não, ela pode ser prolongada e corroborada; ela pode ficar a marcar as mais belas páginas da história, não apenas com os fastos do poder e da glória; mas também, e mais ainda, com aqueles outros fastos melhores da virtude humana, da bondade popular, da prosperidade colectiva e da verdadeira civilização: a civilização do amor.

E será verdadeiramente possível? Sim, é possível; deve mesmo sê-lo. Entretanto, sejamos sinceros: a Paz - repetimo-lo - é obrigatória, é possível, mas não sem o concurso de muitas e não fáceis condições. Um discurso sobre as condições da Paz, Nós damo-Nos bem conta disso, é muito difícil e muito longo. Nós não ousaríamos ir agora enfrentá-lo aqui. Deixamos isso aos peritos. Tão somente, porém, Nós não queremos deixar em silêncio um dos seus aspectos, que é sem dúvida primordial. Mas limitamo-Nos neste momento a chamar a atenção para ele e a recomendá-lo à reflexão dos homens bons e inteligentes. E é este: a relação da Paz com a concepção que o mundo tem da Vida humana.

Paz e Vida: são bens supremos na ordem civil; e são bens correlativos:

Queremos a Paz? Defendamos a Vida!

Poderá este binómio « Paz e Vida » apresentar-se quase como uma tautologia, um « slogan » retórico; mas não o é. Ele representa uma conquista longamente disputada durante o caminhar do progresso humano; um caminhar que ainda não chegou à sua meta final. Quantas vezes, efectivamente, na dramática história da humanidade o binómio « Paz e Vida » encerra um embate feroz dos dois termos e não um abraço fraternal. A Paz é procurada e conquistada com a morte e não com a Vida; e a Vida afirma-se, não com a Paz, mas sim com a luta, como uma triste fatalidade necessária para a sua própria defesa.

O parentesco entre a Paz e a Vida parece brotar da natureza das coisas; mas não sempre, não ainda, da lógica do pensamento e do comportamento dos homens. E esta, se quisermos compreender a dinâmica do progresso humano, é o paradoxo, é a novidade que nós, para este ano da graça de 1977, e depois para sempre, devemos afirmar. E não é fácil, nem é simples conseguir isso, porque demasiadas objecções e objecções formidáveis; guardadas no arsenal

imenso das pseudo-convicções, dos preconceitos empíricos e utilitaristas, das chamadas razões de Estado, ou dos costumes históricos e tradicionais, lhe opõem, ainda nos dias de hoje, obstáculos, que se afiguram insuperáveis. E isso com esta trágica conclusão: se Paz e Vida podem, ilógicamente mas praticamente, dissociar-se, delineia-se no horizonte do futuro uma catástrofe que, nos nossos dias, poderia ser algo sem medida e sem remédio, quer para a Paz, quer para a Vida. Hiroshima permanece um documento terrivelmente eloquente e um paradigma tremendamente profético a este propósito. A Paz, por uma hipótese que é de desejar não se ponha, se viesse a ser concebida avulsa do conatural respeito para com a Vida, poderia impôr-se como um triste triunfo da morte; e vêm-nos à lembrança as palavras de Cornélio Tácito: « ... ubi solitudinem faciunt, pacem appellant » (*Vita di Agricola*, 30); ou seja, « onde fazem o deserto, chamam a isso paz ». E reciprocamente: poder-se-á exaltar, com egoística e quase idolátrica preferência a Vida privilegiada de alguns a custo da opressão e da supressão de outrem? Será isso Paz?

Para encontrar a chave da verdade neste conflito assim, que de teórico e moral passa tragicamente a ser real, e que profana e ensanguenta, ainda hoje, tantas páginas da convivência humana, é necessário, sem dúvida, reconhecer o primado da Vida, como valor e como condição da Paz. Eis, portanto, a fórmula: « se queres a Paz, defende a Vida ». A Vida é o vértice da Paz. Se a lógica do nosso operar partir da sacralidade da Vida, a guerra, como meio normal e habitual para fazer manter o direito e conseqüentemente a Paz, fica virtualmente desqualificada. A Paz outra coisa não é senão o triunfo incontestável do direito e, por fim, a ditosa celebração da Vida.

Aqui neste ponto a exemplificação seria de nunca mais acabar, como sem fim seria a casuística das aventuras, ou para dizer melhor das desventuras, em que a Vida é posta em jogo no confronto com a Paz. Nós tomamos como Nossa a classificação que, a tal respeito, foi apresentada segundo « três imperativos essenciais ». É preciso, afirmam estes imperativos, para haver a Paz autêntica e feliz, ater-se ao dever de « defender a Vida, tornar sã a Vida e promover a Vida ».

A política dos grandes armamentos imediatamente é chamada em causa. O ditado antigo, que fez e continua a fazer escola na política - « si vis pacem, para bellum » (se queres a paz, prepara a guerra) - não é admissível sem radicais reservas (cfr. *Lc.* 14, 31). Nós, com a sincera audácia dos nossos princípios, denunciámos assim o falso e perigoso programa da « corrida aos armamentos », da competição secreta pela superioridade bélica entre os povos. E se bem que, por uma superstite e ditosa sapiência, ou por um Tácito, mas já tremendo « jogo de força » (« braço-de-ferro ») no equilíbrio das forças adversas e mortíferas, a guerra (e que espécie de guerra seria!) não rebenta, como poderíamos deixar de lamentar o incalculável dispêndio de meios económicos e de energias humanas para conservar a todos e a cada um dos Estados a sua couraça de armas cada vez mais custosas, cada vez mais eficientes, em detrimento dos balanços para as escolas, culturais, agrícolas, sanitários e civis! Paz e Vida suportam pesos enormes e incalculáveis para manter uma Paz fundada sobre a ameaça perpétua à Vida, como

também para defender a Vida mediante uma ameaça constante à Paz. Dir-se-á: é inelutável. Pode sê-lo numa concepção ainda tão imperfeita da civilização. Mas reconheçamos ao menos que este desafio constitucional, que a competição na corrida aos armamentos estabelece entre a Vida e a Paz, é uma fórmula falaz, e que há-de ser corrigida e superada. Honra seja, portanto, ao esforço já iniciado no sentido de reduzir e, por fim, de eliminar esta absurda guerra fria, que resulta do progressivo aumento do respectivo potencial bélico das Nações, como se estas devessem ser, sem possibilidades de sair disso, inimigas entre si, e como se elas fossem incapazes de dar-se conta de que tal concepção das relações internacionais deveria um dia resultar na ruína da Paz, e também na ruína de inumeráveis vidas humanas.

Mas não é só a guerra que mata a Paz. Todo e qualquer delito contra a Vida é um atentado contra a Paz, especialmente quando tal delito abala os costumes do Povo, como frequentemente sucede hoje, com horrenda e por vezes legal facilidade, com a supressão da Vida nascente, com o aborto. Costumam ser invocadas em favor do aborto as seguintes motivações: o aborto visa um refrear o aumento molesto da população e eliminar seres de antemão condenados a deformações, ou à desonra social, ou à miséria proletária, etc. E parece antes aproveitar do que ser nocivo para a Paz. Mas não é assim. A supressão de uma Vida que está para nascer, ou que já veio à luz, viola antes de mais nada o sacrossanto princípio moral; ao qual se deve referir sempre a concepção da existência humana: a Vida humana é sagrada desde o primeiro momento em que é concebida e até ao último instante da sua sobrevivência natural no tempo. É sagrada: o que é que quer dizer? Quer dizer que ela se acha subtraída a qualquer espécie de arbitrário poder supressivo da mesma, que ela é intangível, digna de todo o respeito, de todo o cuidado e de todo o sacrifício obrigatório. Para quem acredita em Deus isso é espontâneo e instintivo e é obrigatório por lei religiosa transcendente; e também para quem não tem esta dita de admitir a mão de Deus protectora e vingadora de todos os seres humanos, é e deve ser intuitivo, em virtude da dignidade humana, este mesmo sentido do sagrado, isto é, da intangibilidade e da inviolabilidade próprias de uma existência humana vivente. Sabem-no e sentem-no aqueles que porventura tiveram a desgraça, a implacável culpa, o sempre renascente remorso, de terem voluntariamente suprimido uma Vida; a voz do sangue inocente clama no coração da pessoa homicida com dilacerante insistência: a Paz interior não é possível por via de sofismas egoísticos! E se o for, um atentado contra a Paz, isto é, contra o sistema protector geral da ordem, da humana e segura convivência, numa palavra contra a Paz, foi perpetrado: Vida individual e Paz geral andam sempre coligadas entre si por um irrescindível vínculo de parentesco. Se queremos que a ordem social progressiva se sustenha sobre princípios intangíveis, não a ofendamos no coração do seu sistema essencial: o respeito pela vida humana. Também sob este aspecto Paz e Vida são solidárias na base da ordem e da civilização.

O discurso pode ainda protrair-se, passando em exame as mil formas com as quais a ofensa contra a vida parece tornar-se costume, naqueles ambientes em que a delinquência individual se organiza para tornar-se colectiva, para se garantir a solidariedade e a cumplicidade de classes inteiras de cidadãos, para fazer da vingança privada um vil dever colectivo, do terrorismo um

fenómeno de legítima afirmação política e social, da tortura policíesca um método eficaz da força pública, não já dirigida para restabelecer a ordem, mas para impôr uma repressão ignóbil. É impossível que a Paz floresça onde a incolumidade da vida se acha assim comprometida. Onde a violência se enfurece acaba a verdadeira Paz. Ao passo que onde os direitos do homem são realmente professados e publicamente reconhecidos e defendidos, aí a Paz torna-se a atmosfera agradável e operosa da convivência social.

Constituem documentos do nosso progresso civil os textos onde constam os compromissos internacionais para a tutela dos Direitos dos Homens, para a Defesa das Crianças e para a salvaguarda das liberdades fundamentais do homem. Eles são a epopeia da Paz, na medida em que são escudo para Vida. Estarão completos? Serão eles observados? Nós todos advertimos que é a civilização que se exprime em tais declarações, e que encontra nas mesmas o aval da própria realidade, plena e gloriosa, se elas são transfundidas para as consciências e para os costumes; ou então, realidade frustrada e violada, se elas permanecem letra morta.

Homens, Homens da maturidade do século vinte, vós pusestes assinatura nas Cartas gloriosas da vossa alcançada plenitude humana, se tais cartas forem verdadeiras; haveis sigilado a vossa condenação moral para a história, se elas forem apenas documentos de veleidades retóricas ou de hipocrisia jurídica. O metro está nisto: na equação entre a verdadeira Paz e a dignidade da Vida.

Acolhei a Nossa imploração suplicante: que uma tal equação se realize e que sobre ela um novo fastígio se levante no horizonte da nossa civilização da Vida e da Paz, a civilização, dizemo-lo uma vez mais, do amor.

E estará tudo dito?

Não; resta uma questão ainda por solucionar: como realizar tal programa de civilização? Como irmanar verdadeiramente a Vida e a Paz?

Respondemos em termos que poderão ser inacessíveis para todos aqueles que têm fechado o horizonte da Realidade por um ângulo visual só natural. É preciso recorrer àquele mundo religioso que nós chamamos « sobrenatural ». É necessária a fé para descobrir aquele sistema de eficiências operantes no conjunto das vicissitudes humanas, onde a obra transcendente de Deus se vem enxertar e assim as habilita para efeitos superiores, humanamente falando impossíveis. É necessária a religião, a religião viva e verdadeira, para os tornar possíveis. É precisa a ajuda do « Deus da paz » (*Fl. 4, 9*).

Ditosos de nós, se conhecemos e acreditamos isto; e se, de acordo com esta fé, soubermos descobrir e pôr em prática a relação entre a Vida e a Paz.

Porque há uma exceção de capital importância ao raciocínio acima exposto, o qual antepõe a Vida à Paz, e faz depender a Paz da inviolabilidade de Vida: é a exceção que se verifica nos casos em que entra em jogo um bem superior à mesma Vida. Trata-se de um Bem que é superior em valor ao bem da própria Vida, como a verdade, a justiça, a liberdade civil, o amor do próximo, a Fé ... E então tem cabimento a palavra de Cristo: « Quem ama a própria vida (mais do que estes Bens superiores) perde-a » (cfr. *Jo.* 12, 25). Isto indica-nos que assim como a Paz deve ser concebida em ordem à Vida, e assim como do ordenado bem-estar assegurado à Vida deve resultar a Paz - ela mesma a harmonia que torna ordenada e feliz, interiormente e socialmente, a existência humana assim também esta existência humana, que o mesmo é dizer a Vida, não pode, nem deve subtrair-se nunca às finalidades superiores que lhe conferem a sua primária razão de ser: para que é que se vive? O que é que dá à Vida, além da ordenada tranquilidade da Paz, a sua dignidade, a sua plenitude espiritual, a sua grandeza moral e, digamos também, a sua finalidade religiosa? Ficarà porventura perdida a Paz, a verdadeira Paz, se na área da nossa Vida se derem direitos de cidadania ao Amor, na sua expressão mais elevada, que é o sacrifício? E se o sacrifício, na verdade, entra num desígnio de Redenção e de título meritório para uma existência que transcende a forma e a medida temporal, não recuperará ele, a um nível superior e eterno, a Paz, a sua verdadeira, centuplicada Paz da Vida eterna? (cfr. *Mt.* 19, 29). Quem for aluno da escola de Cristo pode compreender esta linguagem transcendente (cfr. *Mt.* 13, 11). E porque é que nós não poderemos ser estes alunos ? Ele, Cristo, « é a nossa Paz » ! (cfr. *Ef.* 2, 11).

Isto Nós auspiciamos a todos aqueles a quem chegar esta Nossa abençoadora mensagem de Paz e de Vida!

Vaticano, 8 de Dezembro de 1976.

PAULUS PP. VI